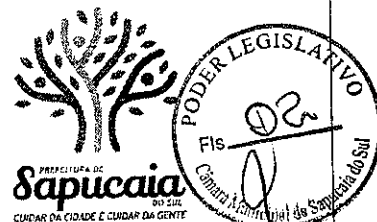


**Estado do Rio Grande do Sul  
Município de Sapucaia do Sul  
Procuradoria Geral do Município**



**EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS (MENSAGEM) Nº 17, DE 16 DE MAIO DE 2018.**

Processo nº

Nº 20684 / 217 / 2018

**Senhor Presidente:**

Tenho a honra de me dirigir à presença de Vossa Excelência, para encaminhar a esse Egrégio Poder Legislativo, para apreciação e voto, o incluso Projeto de Lei, que **"Altera a redação dos artigos 66, 67, 70, 170, 171, 175, 176 e 177, insere os artigos 177-A, 177-B e 177-C e revoga o artigo 68, todos da Lei Municipal nº 662, de 13 de fevereiro de 1978, que institui o Código de Edificações e disciplina sua aplicação"**.

O Código de Edificações do Município de Sapucaia do Sul estabelece normas para elaboração de projetos e execução de obras e instalações, em seus aspectos técnicos estruturais e funcionais, cujo objetivo é disciplinar a aprovação, a construção e a fiscalização, assim como as condições mínimas que satisfaçam a salubridade, estabilidade, acessibilidade e habitabilidade das obras em geral.

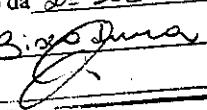
A presente proposição tem por escopo atualizar o Código de Edificações no que se refere à tipificação de infrações e penalidades, bem como a modernização do processo administrativo sancionador. A adequação da legislação permitirá maior eficiência nos instrumentos de fiscalização da Prefeitura Municipal, visando assegurar condições adequadas de habitação, circulação, recreação e trabalho. Além disso, proporcionará a melhoria e a preservação do meio ambiente, garantindo condições mínimas de conforto, higiene, segurança e bem estar nas edificações ou quaisquer obras e instalações dentro da circunscrição do Município.

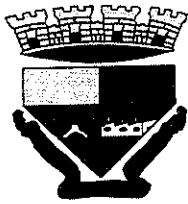
Por isso, na certeza da aprovação deste Projeto de Lei, aproveito a oportunidade para renovar os votos de respeito e consideração.

Atenciosamente,

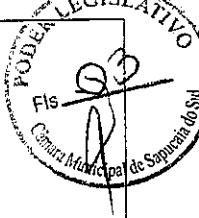
  
**Luis Rogério Link**  
Prefeito Municipal

Exmo. Sr.  
**DD. Nelson Brambila**  
Presidente da Câmara Municipal  
Sapucaia do Sul – RS  
Nesta.

<b>SECRETARIA DA MESA</b>	
O presente expediente foi apresentado em plenário.	
EM	05 06 / 2018
na	32ª reunião da 2ª Sessão
hrg.	143 hrg. 20/06/2018
Ver. Secretário	



**Estado do Rio Grande do Sul  
Município de Sapucaia do Sul  
Procuradoria Geral do Município**



**PROJETO DE LEI Nº (...)/2018**

Proj. Lei Exec. Nº  
Nº 020 / 2018

**Altera a redação dos artigos 66, 67, 70, 170, 171, 175, 176 e 177, insere os artigos 177-A, 177-B e 177-C e revoga o artigo 68, todos da Lei Municipal nº 662, de 13 de fevereiro de 1978, que “institui o Código de Edificações e disciplina sua aplicação”.**

**LUIS ROGÉRIO LINK**, Prefeito Municipal de Sapucaia do Sul, faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu, com fundamento no artigo 82, inciso III, da Lei Orgânica do Município, sanciono a seguinte,

**LEI**

**Art.1º.** Fica alterada a redação do art.66, da Lei Municipal nº 662, de 13 de fevereiro de 1978, que passa ser a seguinte:

**Art.66.** Os proprietários de imóveis, que tenham frente para logradouros pavimentados, são obrigados a executar e a manterem em bom estado, os passeios na frente de seus lotes.

**§1º.** A construção dos passeios deverá ser concluída num prazo de 06 (seis) meses, a partir da conclusão das obras de pavimentação do logradouro.

**§2º.** Deverão ser obrigatoriamente observadas para a execução dos passeios as normas técnicas e as legislações vigentes, inclusive quanto aos requisitos de acessibilidade e permeabilidade.

**§3º.** Os passeios existentes, assim considerados os que mediante avaliação da autoridade fiscal competente, garantam o mínimo de circulação, mas que não se enquadrem nas disposições exigidas na legislação vigente quanto às normas, deverão ela se adaptar no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da notificação, estando sujeito o infrator sujeito às penalidades cabíveis após término do prazo de regularização.

**Art.2º.** Fica alterada a redação do art.67, da Lei Municipal nº 662, de 13 de fevereiro de 1978, que passa ser a seguinte:

**Art.67.** Não será admitido o uso de passeio público para fins particulares, incluindo construções permanentes ou móveis, para fins comerciais ou não, devendo no caso de descumprimento ser procedida a adequação no prazo de 30 (trinta) dias a contar da notificação, estando sujeito o infrator às penalidades cabíveis após término do prazo de regularização.

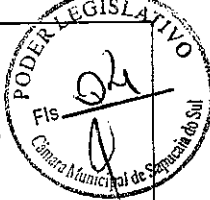
**Art.3º.** Fica alterada a redação do art.70, da Lei Municipal nº 662, de 13 de fevereiro de 1978, que passa ser a seguinte:

**Art.70.** Tapumes e andaimes não poderão impedir a circulação nos passeios públicos, e deverão observar as normas e legislações vigentes em relação à circulação e segurança.

**Art.4º.** Fica alterada a redação do art.170, da Lei Municipal nº 662, de 13 de fevereiro de 1978, que passa ser a seguinte:



**Estado do Rio Grande do Sul  
Município de Sapucaia do Sul  
Procuradoria Geral do Município**



**Art.170.** Estará sujeita às penalidades previstas neste Capítulo, a inobservância dos dispositivos insertos nesta Lei, as quais deverão ser verificadas e lavradas pela autoridade fiscal competente de carreira do Município.

**Art.5º.** Fica alterada a redação do art.171, da Lei Municipal nº 662, de 13 de fevereiro de 1978, que passa ser a seguinte:

**Art.171.** Serão aplicadas as seguintes penalidades às infrações relativas a este Código, sem prejuízo das demais sanções e penalidades previstas na legislação vigente:

**I-** Iniciar obra ou qualquer construção sem a aprovação do projeto e concessão de Licença de Construção pela Prefeitura Municipal:

- a) Obra particular individual unifamiliar até 100m<sup>2</sup>: 100 UMRF;
- b) Obra particular individual unifamiliar até 200m<sup>2</sup>: 400 UMRF;
- c) Obra particular individual unifamiliar acima de 200m<sup>2</sup>: 900 UMRF;
- d) Obra particular multifamiliar ou destinado ao uso não residencial: 1000 UMRF, até cinco unidades;
- e) Empreendimento multifamiliar ou destinado ao uso não residencial, acima de cinco unidades: 200 UMRF por unidade.

**II-** Executar as obras em desacordo com o projeto aprovado e licenciado ou com a licença fornecida:

- a) Se constatada durante a execução e permitida a readequação do projeto conforme Plano Diretor vigente e Código de Obras: 300 UMRF;
- b) Se constatada após término da obra e permitida a readequação do projeto conforme Plano Diretor vigente e Código de Obras: 1.000 UMRF;
- c) Se não for permitida a readequação do projeto conforme Plano Diretor vigente e Código de Obras: Embargo da obra, não liberação do Habite-se e intimação judicial ou administrativa pertinente, visando à demolição ou readequação da construção.

**III-** Edificação ocupada ou utilizada para instalação e funcionamento de usos não residenciais e residências, sem prévia emissão de Habite-se:

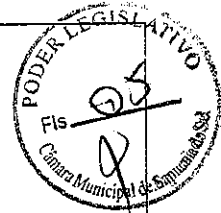
- a) Obra particular multifamiliar ou destinado ao uso não residencial: 200 UMRF;
- b) Empreendimento multifamiliar ou destinado a uso não residencial: 10 UMRF por metro quadrado.

**IV-** Ocupar o passeio público ou via com material de construção, entulhos, tapumes e todo e qualquer material que impeça ou dificulte a passagem de pedestres e veículos, em desobediência a legislação pertinente:

- a) Obra particular individual: 100 UMRF;



**Estado do Rio Grande do Sul  
Município de Sapucaia do Sul  
Procuradoria Geral do Município**



b) Obra destinada à atividade comercial, industrial, serviços e outras atividades econômicas: 200 UMRf;

c) Empreendimento multifamiliar ou não residencial: 1.000 UMRf.

V- Deixar de executar ou não executar o passeio conforme disposto na legislação vigente:

a) Edificação residencial familiar: 10 UMRf x METROS LINEARES e adequação no prazo máximo de 90 dias;

b) Edificação destinada à atividade comercial, serviços e outras atividades econômicas: 50 UMRf x METROS LINEARES e adequação no prazo máximo de 30 dias;

c) Edificação destinada à atividade industrial, pavilhões e assemelhados: 100 UMRf x METROS LINEARES e adequação no prazo máximo de 60 dias;

d) Empreendimento multifamiliar: 250 UMRf x METROS LINEARES e adequação no prazo máximo de 30 dias;

e) Terreno Baldio: 20 UMRf x METROS LINEARES e adequação no prazo máximo de 90 dias.

§1º. Em relação ao inciso V deste artigo, o proprietário/responsável ficará eximido do pagamento da respectiva multa desde que comprove a adequação do passeio público no prazo estipulado, a contar da devida notificação pela autoridade fiscal, e sujeito a verificação de conformidade em relação às normas técnicas e leis de acessibilidade vigentes, com a lavratura do respectivo parecer.

§2º. A aplicação das penalidades não exime o proprietário ou responsável das demais responsabilidades previstas nas legislações vigentes.

**Art.6º.** Fica alterada a redação do art.175, da Lei Municipal nº 662, de 13 de fevereiro de 1978, que passa ser a seguinte:

**Art.175.** O contribuinte autuado ou notificado de infração tem direito à ampla defesa.

**Art.7º.** Fica alterada a redação do art.176, da Lei Municipal nº 662, de 13 de fevereiro de 1978, que passa ser a seguinte:

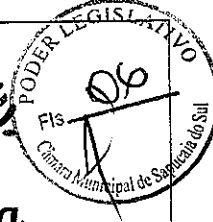
**Art.176.** O sujeito passivo poderá protocolar pedido de impugnação dentro do prazo de 30 (trinta) dias corridos, contra o lançamento ou ato de autoridade fazendária, referente às penalidades e notificações impostas, com fundamento nas disposições deste Código, contados a partir de sua notificação.

§1º. Quando a notificação não ocorrer pessoalmente ao agente passivo ou ao seu representante legal, o prazo iniciará a partir da data de assinatura do Aviso de Recebimento de Correspondência – AR, quando for o caso.

§2º. A impugnação, interposta no prazo, tem efeito suspensivo somente em relação à obrigação principal, e em caso de indeferimento não afasta a incidência de multa de mora e juros pela falta de recolhimento no vencimento da notificação de lançamento da infração.



**Estado do Rio Grande do Sul  
Município de Sapucaia do Sul  
Procuradoria Geral do Município**



**Art.8º.** Fica alterada a redação do art.177, da Lei Municipal nº 662, de 13 de fevereiro de 1978, que passa ser a seguinte:

**Art.177.** A impugnação contra a notificação ou ato de autoridade fiscal competente será formulada em formato de petição, datada e assinada pelo notificado ou seu representante legal, e deverá vir acompanhada da descrição de todos os elementos que lhe servirem de base, além de cópias dos documentos que comprovem a representação perante o agente passivo, documento de identidade e CPF.

**Parágrafo único.** Poderão ser aceitas cópias autenticadas de documentos, desde que não destinados à prova de falsificação.

**Art.8º.** Ficam inseridos os artigos 177-A, 117-B e 117-C na Lei Municipal nº 662, de 13 de fevereiro de 1978, que terão as seguintes redações:

**Art.177-A.** Protocolada a impugnação, será o processo encaminhado e analisado em instância superior do órgão fiscalizador, para que no prazo de 30 (trinta) dias corridos, se manifeste sobre as razões oferecidas pelo notificado.

**Art.117-B.** As impugnações não serão decididas sem manifestação do agente fiscal competente do órgão responsável pelo lançamento, sob pena de nulidade da decisão.

**Art.177-C.** Após manifestação o processo será remetido para o Diretor do órgão responsável pela autuação, para que emita parecer nos termos da decisão em instância recursal administrativa, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, em fase definitiva não sujeita a novos recursos.

**Parágrafo único.** Todas as decisões administrativas deverão ser notificadas ao agente passivo no prazo de 15 (quinze) dias, e publicadas no átrio da Prefeitura Municipal.

**Art.9º.** Fica revogado o artigo 68 da Lei Municipal nº 662, de 13 de fevereiro de 1978.

**Art.10.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.